



ST8 – DIÁLOGOS DE SABERES PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

## GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

### SUSTAINABLE MANAGEMENT OF BRAZILIAN FEDERAL UNIVERSITIES

Rosamaria C. MOURA-LEITE<sup>1</sup>; José Carlos de Jesus LOPES<sup>2</sup>.

**Resumo:** O governo federal brasileiro há desenvolvido instrumentos aplicáveis à administração pública que objetivam estabelecer práticas de sustentabilidade, como o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) – Instrução Normativa (IN) nº 10/2012, cuja adoção é obrigatória para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes, o que inclui as universidades federais. O objetivo dessa pesquisa é analisar a situação das universidades federais brasileiras quando ao cumprimento do Plano de Logística Sustentável. A coleta de dados foi realizada através dos sites eletrônicos das universidades 63 universidades federais brasileiras que compõem a população estudada. Os dados coletados revelaram que a maioria das universidades federais brasileiras não atende a todos os artigos da IN nº 10/2012. A responsabilidade por esta situação pode ser compartilhada entre as universidades federais e o Governo Federal, este último pela inexistência de mecanismos de controle, fiscalização ou mesmo sanção administrativa prevista em Lei, e as universidades federais por não aproveitarem essa ferramenta de planejamento que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos na Administração Pública, além de beneficiar sua própria imagem na sociedade.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Sustentabilidade. Transparência.

**Abstract:** The Brazilian federal government has developed instruments applicable to public administration that aim to establish sustainability practices, such as the Sustainable Logistics Management Plan (PLS) - Normative Instruction (IN) No. 10/2012. The adoption of these instruments is mandatory for all agencies and Public Administration entities of the Federal, direct, autonomous, foundational and dependent state companies, which includes federal universities. The objective of this research is to analyze the situation of Brazilian federal universities when complying with the Sustainable Logistics Plan. Data collection was carried out through by obtaining information from 63 Brazilian federal universities that make up the population of the study. The data collected revealed that most Brazilian federal universities do not meet all the articles of IN No. 10/2012. The responsibility for this situation can be shared

<sup>1</sup> PPGCC/UFMS E PPGAD/UFMS. rosamaria.leite@ufms.br.

<sup>2</sup> PROFIAP/UFMS. josecarlosdejesuslopes@gmail.com.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

between federal universities and the Federal Government, the latter for the lack of control, inspection or even administrative sanction mechanisms provided for in Law, and federal universities for not taking advantage of this planning tool that allows the establishment practices of sustainability and rationalization of expenses and processes in Public Administration, in addition to benefiting its own image in society.

**Keywords:** Public Administration. Sustainability. Transparency.

## INTRODUÇÃO

As organizações em geral têm se empenhado em incorporar as dimensões da sustentabilidade (ELKINGTON, 1999) (SACHS, 2000), nos seus sistemas de gestão (MOURA-LEITE; PADGETT, 2014). Nas universidades, em especial, esse movimento é enfatizado devido à crescente importância das declarações, cartas e parcerias que ratificam o compromisso das mesmas com as premissas do Desenvolvimento Sustentável (FRANCO; *et al.*, 2017), a maior profissionalização de sua gestão (NTIM; *et al.*, 2017).

Sobre as universidades, também se nota a progressiva demanda da sociedade em relação ao seu papel de agente de mudança (LEAL FILHO; *et al.*, 2015) e o incremento da pressão do governo para que tenha protagonismo na busca do Desenvolvimento Sustentável (RISSATO; *et al.*, 2018). Consequentemente, observa-se um número cada vez maior de universidades que incorporam as dimensões da sustentabilidade nos seus sistemas de gestão, além trabalhar em suas atividades de pesquisa, ensino e extensão (SEPASI; *et al.*, 2019).

Na visão de Kouatli (2019), as universidades se diferenciam das demais organizações, porque sua atividade principal está relacionada com a formação dos futuros profissionais, que atuarão nas organizações econômicas (empresas), nas organizações públicas, ou mesmo nas Organizações não Governamentais (OnG). Para o autor, o que é disseminado no seu ambiente interno tem potencial para propagar-se para toda a sociedade em que está inserida. Além disso, como bem chamam a atenção Alshuwaikhat e Abubakar (2008), muitas universidades, devido ao seu tamanho, local de circulação expressiva de pessoas e veículos, representativo consumo de materiais e desenvolvimento de atividades de características diversas, podem ser consideradas pequenas cidades, dado seus significativos impactos ambientais e sociais

Pesquisar sobre o ambiente universitário é também de interesse científico da própria comunidade universitária, cujas disciplinas motivam os alunos-pesquisadores a investigar cientificamente o próprio ambiente, utilizando-se de diversas técnicas de levantamento de dados. A revisão sistemática, por exemplo, realizada por Henchen; *et al.* (2019), cujo objetivo foi identificar pesquisas que abordassem sistemas de gestão sustentáveis em universidades, identificou 40 artigos, no período de 2002, ao mês de fevereiro de 2017, na base de dados da SCOPUS. No entanto, nenhuma das pesquisas



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

do portfólio bibliográfico identificado abordava universidades brasileiras.

O Brasil, é uma das maiores economias do mundo (FMI, 2019). Em 2017, o País possuía 2.537 Instituições de Ensino Superior (IES), que registraram 8.450.755 estudantes de graduação matriculados (INEP, 2019). O documento revela que quase um terço dos alunos universitários estudam em instituições de ensino públicas. As universidades públicas brasileiras podem ser federais, estaduais ou municipais. De acordo com o Ranking Universitário Folha 2019 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), que, na avaliação de Deus; *et al* (2016), é o principal ranking de universidades brasileiras, calculou que, as universidades federais representam 46% das 100 melhores universidades do País, enquanto que, as estaduais representam 19%, as municipais 1% e as particulares 34%.

O governo federal brasileiro tem desenvolvido instrumentos aplicáveis à Administração Pública que objetivam estabelecer práticas de sustentabilidade, como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), publicada em 1999 (BRASIL, 2009), cuja adoção é voluntária, e o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), instituído pela Instrução Normativa nº 10/2012 (BRASIL, 2012), de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e disciplinado pelo Decreto nº 7.746, em 5 de julho de 2012, cuja adoção é obrigatória para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes, o que inclui as universidades federais (RIBEIRO; *et al.*, 2018).

Nesta direção, algumas pesquisas científicas publicadas, recentemente, tratam da implementação da legislação brasileira, que fomenta sistemas de gestão sustentáveis, pelas universidades. Nogueira; *et al* (2019b), por exemplo, fez um estudo de caso, limitam-se a dar luz apenas à situação de uma universidade em relação à legislação vigente. Já os estudos de Rissato; *et al.* (2018), Silva; *et al.* (2019), Kinara; *et al.* (2019), Nogueira; *et al.*; (2019a) e Campos (2018) analisaram a implementação dos PLS nas universidades. No entanto, cada pesquisa investigou apenas um tema mínimo dos sete temas que compõem a IN 10/2012, o que não permitiu uma avaliação completa da situação das universidades federais, no que diz respeito, exclusivamente, ao cumprimento do PLS.

Dado esse contexto, o objetivo dessa pesquisa é analisar as situações das universidades federais brasileiras, quando ao cumprimento do Plano de Gestão Logística Sustentável. As informações a serem levantadas pela a pesquisa serão relevantes, principalmente, para três público-alvos: 1) aos gestores das IES, já que permite acesso a informação que facilita a tomada de decisão, em relação à implementação da legislação vigente relacionada; 2) aos legisladores, pois o resultado da pesquisa auxilia a análise da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que fomentem a adoção do PLS pelas universidades federais; e 3) à comunidade acadêmica, devido a carência de informação (Brandli; *et al.*, 2015).



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Para que o objetivo declarado seja atendido, o corpo textual dessa pesquisa segue a seguinte estrutura: na sequência desta parte introdutória, são descritos os métodos de pesquisas a serem utilizados. A seguir é feita uma breve revisão da literatura, que analisará pesquisas anteriores sobre a sustentabilidade na gestão das universidades, e descreve as ações públicas que podem influenciar as universidades, federais quanto à adoção de práticas de gestão sustentáveis. Logo após, serão apresentados os resultados, com as devidas discussões. Por fim, serão apresentadas as considerações finais do estudo.

## METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada através dos sites eletrônicos das 63 universidades federais brasileiras, que compõem a população estudada, pois de acordo com o Capítulo III, da IN nº 10/2012 (BRASIL, 2012), os PAs e os RAs dos PLS devem ser publicados nos sites eletrônicos das respectivas universidades.

Para coletar os PAs e os RAs, a página eletrônica oficial de cada uma das universidades foi consultado em três momentos distintos (maio de 2017; maio de 2018; agosto de 2019), por um grupo de seis alunos-pesquisadores. A participação de vários alunos-pesquisadores na busca se deu com o objetivo de minimizar a probabilidade de deixar de incluir documentos publicados em páginas eletrônicas oficiais, devido à problemas técnicos ou dificuldade de encontrar as informações. Apesar do esforço em não deixar nenhum documento publicado fora da pesquisa, os alunos-pesquisadores alertaram que pode ter ocorrido omissão de algum documento, sendo essa uma limitação da pesquisa.

Ao acessar as páginas eletrônicas oficiais das universidades, os alunos-pesquisadores buscavam no seu menu principal e no seu instrumento de busca as seguintes palavras-chave: “sustentabilidade”, “sustentável”, “plano de logística sustentável”, “PLS”. Esse estudo considerou apenas os PAs e os RAs identificados como documentos do PLS da instituição. Não foram considerados documentos cujos conteúdos não permitiram a análise proposta pela presente pesquisa ou que remetiam o aluno-pesquisador a outros documentos.

Caso uma universidade tivesse mais de um PA e/ou RA disponível, foi considerado o mais recente. Em alguns casos, o RA coletado era referente a um PA ao mais recente disponibilizado. Essa situação não gerou dificuldade na análise dos documentos, pois os PA e os RA foram analisados de forma independente. As informações do PA correspondente ao RA, na maioria das vezes, estão disponíveis no mesmo. Quando isso não ocorria, o RA selecionado era o que possuía PA disponível para consulta.

Além das páginas eletrônicas oficiais das universidades pesquisadas também foi consultado, no dia 06 de setembro de 2019, a página eletrônica oficial Secretaria Executiva da CISAP, pois de acordo com o art. 14 da IN nº 10/2012, além de publicar na página eletrônica oficial da instituição, o RA deve ser encaminhado eletronicamente



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

à Secretaria Executiva da CISAP. Nessa página eletrônica existe um instrumento de busca de documentos. Foi realizada a busca utilizando as palavras-chave: “Plano de gestão de logística sustentável”; “Federal”; e “universidade”. Foram identificados 12 documentos, sendo que todos já haviam sido coletados anteriormente nas páginas eletrônicas oficiais das universidades.

O número final de documentos coletados foram 38 PAs e 18 RAs, que podem ser consultados nas Tabelas 1 e 2, respectivamente. Apenas o documento com data mais recente, por universidade, foi analisado, apenas quando o documento mais recente era carente de dados para análise. Assim, o documento mais completo foi selecionado para participar da pesquisa.

Para poder analisar a abrangência dos PA elaborados pelas universidades, adotou-se como categorias de análise (BARDIN, 2016), os temas mínimos do PLS, e para cada tema desenvolveu-se sub-categorias, pois as mesmas permitiam observar com mais clareza os tipos de ações propostas pelas universidades. Portanto, as ações das universidades propostas, em cada tema mínimo, foram categorizadas, de acordo com as sub-categorias desenvolvidas, que podem ser visualizadas no Quadro 1.

As sub-categorias do tema mínimo Materiais de Consumo foram elaborados, tendo em conta o conteúdo pertinente ao tema do Anexo II da IN n° 10/2012, que trata das sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais e as ações propostas pela Cartilha da A3P (BRASIL, 2009). Essas duas listas de ações foram analisadas e as ações em comum aglutinadas gerando as sub-categorias pertinentes ao tema (KIHARA; *et al.*, 2018). O mesmo procedimento foi adotado na elaboração das sub-categorias do tema mínimo Água e Esgoto (CAMPOS, 2018).

No caso do tema mínimo Compras e Contratações Sustentáveis, o procedimento de criação das sub-categorias foi o mesmo dos dois temas anteriores. No entanto, optou-se em criar dois grupos de sub-categorias para esse tema mínimo, compras e contratações, pois verificou-se que as ações acerca de aquisição e contratação são nitidamente específicas, e além disso a A3P apresenta as mesmas de forma separada (KIHARA; *et al.*, 2018).

Já as sub-categorias do tema mínimo Qualidade de vida no ambiente de trabalho, além do conteúdo pertinente ao mesmo nos documentos já citados, também adotou o modelo conceitual de qualidade de vida no trabalho de Walton (1973), com o objetivo de proporcionar uma categorização mais ampla que as sugestões apresentadas no Anexo II da IN n° 10/2012 e na A3P (NOGUEIRA; *et al.*, 2019a).

A elaboração das sub-categorias do tema mínimo Energia Elétrica, além dos documentos já citados, adotou também a Resolução Normativa n 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada (SILVA; *et al.*, 2019).



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Com relação às sub-categorias do tema mínimo coleta seletiva, na sua elaboração contaram com a associação com a Política dos 5R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2017) e um conjunto normativo brasileiro pertinente ao tema. As normas que não se relacionavam com um dos 5R's, forma aglutinadas por semelhança e elaborado mais duas sub-categorias (RISSATO; *et al.*, 2018). No Quadro 1 pode ser observado as sub-categorias de cada um dos temas mínimos do PLS mencionados anteriormente.

Tema mínimo / Categoria	Sub-categoria
Materiais de Consumo	Otimização do uso do papel
	Utilização de meios digitais
	Utilização de papel mais sustentável (reciclado ou menos agressivo ao ambiente)
	Utilização de opção mais sustentável ao invés de copos plásticos descartáveis
	Controle de consumo
	Sensibilização de servidores e acadêmicos
Compras sustentáveis	Aquisição de bens que observam requisitos ambientais com comprovação
	Fomento de compras compartilhadas
	Fomento do comércio local
Contratações Públicas	Exigência de práticas sustentáveis por parte da empresa contratada - inserção de cláusulas nos editais
	Revisão periódica dos contratos visando racionalização de gastos e adequação dos serviços
	Contratação de serviços que reduzam gastos a longo prazo
	Fomento do comércio local
Água e Esgoto	Reaproveitamento (sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados)
	Capacitação e Sensibilização
	Irrigação de jardins
	Gestão (monitorar)
	Boas Práticas (minimizar o uso da água)
	Manutenção Preventiva
	Infraestrutura eficiente
Tecnologia da Informação (comunicação)	
Qualidade de Vida no Trabalho	Satisfação no Ambiente de Trabalho
	Condições de Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho
	Desenvolvimento das Capacidades Pessoais no Ambiente de Trabalho
	Integração Social Institucional: clima organizacional
	Respeito à Legislação e aos Direitos do Servidor
Energia Elétrica	Mecanismos de base tecnológica
	Mecanismos de base comportamental
	Medidas administrativas
Coleta Seletiva	Repensar
	Recusar
	Reduzir
	Reutilizar
	Reciclar



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

	Compensar
	Controle e fiscalização

Quadro 1: Sub-categorias de cada um dos temas mínimos do PLS.  
Fonte: Os autores, 2020.

A análise dos documentos coletados foi realizada da seguinte forma: primeiramente foi identificado o período contemplado no documento; em seguida as ações citadas nos PAs foram classificadas em uma ou mais sub-categorias desenvolvidas, o que permitiu capturar a abrangência do documento elaborado. Para cada sub-categoria podem ter sido identificadas mais de uma ação.

No caso dos RAs, foi feita apenas a identificação do período de referência do documento, pois a falta de regularidade das publicações inviabilizou a identificação do índice de cumprimento dos PAs estabelecidos. Com o objetivo de minimizar o viés interpretativo no processo de categorização das ações, as análises dos documentos foram realizadas por dois pesquisadores por tema mínimo abordado, sendo que um dos pesquisadores participou do processo de categorização de todos os temas mínimos.

## DESENVOLVIMENTO

### Revisão da literatura

As universidades de diversos países têm se preocupado, cada vez mais, em incorporar e institucionalizar as dimensões da sustentabilidade (ELKINGTON, 1999); SACHS (2000). Para Lozano; *et al.* (2013), dentre as razões para esse comportamento, ressaltam-se as diversas declarações, cartas e parcerias acadêmicas firmadas entre universidades, governantes e a sociedade civil organizada, que ratificam o compromisso das universidades com as premissas do Desenvolvimento Sustentável (CMMAD, 1991).

Para Cairo; *et al.* (2020), as universidades também adotam sistemas de gestão ambiental para alcançarem seus objetivos ambientais, reduzindo as externalidades negativas, que suas atividades causam ao meio ambiente, por meio de um conjunto de práticas e procedimentos. Dentre os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), a ISO 14001 é internacional, mas não específico para instituições de ensino.

A esse respeito, Clarke e Kouri (2009) comparam os critérios da ISO 14001 com outros cinco SGA específicos para esse setor, mas aplicáveis em apenas um País. Foram eles: Higher Education 21 (UK); The EMS Self-Assessment Checklist (EUA); The Auditing Instrument for Sustainability in Higher Education (Holanda); The Osnabruck University model (Alemanha) e The Sustainable University model (Mexico). No entanto, não existe apenas esses sistemas. Cairo; *et al.* (2020) relacionam em seus artigos 26 sistemas com abrangências nacionais, continentais ou internacionais.

Observa-se que não foi identificado um sistema de gestão que atenda as dimensões da sustentabilidade específico para as universidades brasileiras. No entanto, as



OBSERVADR





## II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

universidades públicas brasileiras possuem como ferramenta, desde 1999, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que é uma ação voluntária, proposta pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA- (BRASIL, 2009), que visa estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais (BRASIL, 2009).

A A3P é destinada aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. A A3P está baseada em seis pilares, chamados de eixos temáticos, sendo esses: I. Uso Racional dos recursos naturais e bens públicos; II. Gestão adequada dos resíduos gerados; III. Qualidade de vida no ambiente do trabalho; IV. Sensibilização e capacitação dos servidores; V. Compras públicas sustentáveis; VI. Construções sustentáveis (BRASIL, 2009).

A adoção da A3P pelas universidades brasileiras foi analisada por alguns pesquisadores-autores, a exemplo de Kruger; *et al.* (2011), Luiz; *et al.* (2013) e Miranda-Junior e Licório (2019). Esses estudos de casos demonstram resultados heterogêneos em relação ao nível de implementação da A3P entre as instituições estudadas. Além da A3P, as universidades possuem o PLS como ferramenta de planejamento que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos na Administração Pública, sendo essa obrigatória para as universidades federais (BRASIL, 2012). No PLS devem constar as seguintes informações:

- I - Atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II - Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012, art. 5).

Para tanto, os PLS devem ser compostos minimamente por um inventário de bens e materiais e um Plano de Ação (PA), que contenha os seguintes tópicos:

- I - objetivo do Plano de Ação;
- II - detalhamento de implementação das ações;



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

III - unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis;

IV - metas a serem alcançadas para cada ação;

V - cronograma de implantação das ações; e

VI - previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações (BRASIL, 2012, art. 9).

De acordo com a já citada IN/10/2012, a elaboração do PLS é responsabilidade da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, formada pela entidade. A mesma Comissão também é responsável por monitorar, avaliar, e revisar o PLS e apresentar, anualmente, o respectivo Relatório de Acompanhamento (RA) das atividades propostas no PA-estabelecido anteriormente (BRASIL, 2012).

Por sua vez, o PA deve ser composto por, no mínimo, sete temas. São eles: 1) material de consumo; 2) energia elétrica; 3) água e esgoto; 4) coleta seletiva; 5) qualidade de vida no trabalho; 6) compras e contratações sustentáveis; e 7) deslocamento de pessoal (BRASIL, 2012). Como já mencionado anteriormente, estudos anteriores (RISSATO; *et al.*, 2018; SILVA; *et al.*, 2019; KINARA; *et al.*, 2019; NOGUEIRA; *et al.*, 2019a; CAMPOS, 2018) analisaram os temas mínimos do PLS, com exceção do tema deslocamento. As medidas desenvolvidas por esses estudos para analisar cada um dos temas foram adotadas pelo presente estudo, sendo a forma detalhada no próximo tópico.

## Apresentação dos resultados

Após a coleta dos documentos publicados pelas universidades federais, calculou-se o percentual de instituições que publicaram os PAs e os seus respectivos RAs, por região geográfica. Dada a sua extensão territorial, o Brasil possui regiões com características muito distintas. Por esta razão, optou-se por realizar a análise dessa forma.

Como pode ser observado na Tabela 1, considerando o País como um todo, das 63 universidades federais, 60% publicam os PA de seus PLS, sendo que se for considerado apenas os PAs vigentes, em 2019, esse número cairia para 14%. Esses números alertam para dois fatos importantes. Primeiro, visto que a elaboração do PA do PLS não é uma ação voluntária; e, sim obrigatória, esperava-se que o número de PA encontrados nas páginas eletrônicas oficiais das universidades brasileiras não fosse menor que o número de universidades federais. Segundo, chama a atenção o fato de muitas universidades não terem atualizado seus PA, o que demonstra descontinuidade das atividades da Comissão Gestora do PLS na instituição.

Entre as regiões do país, observou-se que, na região Centro-Oeste, todas as universidades possuem PA do PLS publicados em suas páginas eletrônicas oficiais. Contudo, apenas duas das cinco universidades da região tinham PA, vigentes, em 2019.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As regiões Sul e Nordeste também possuem um número de universidades com PLS alto. No entanto, esse número cai significativamente quando se observa apenas os PA vigentes.

Tabela 1 – Universidades federais que publicaram plano de ação e que possuem planos de ação vigentes.

Região	Nº de UF	Plano de ação	% por região de plano de ação	Plano de ação vigente	% de plano de ação vigente
Centro-Oeste	5	5	100%	2	40%
Nordeste	18	11	61%	2	11%
Norte	10	5	50%	1	10%
Sudeste	19	9	47%	3	15%
Sul	11	8	72%	1	9%
<b>Total/Média</b>	<b>63</b>	<b>38</b>	<b>60%</b>	<b>9</b>	<b>14%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à disponibilização dos relatórios de acompanhamento, na Tabela 2, pode ser observado, além do número de documentos publicados, por região, também o número de documentos publicados, nos últimos anos. Foi importante saber quantas universidades estavam cumprindo a regularidade de publicação de seus RAs. Nesse estudo, foi considerado o período de 2017 à 2019, porque foi entendido que a universidade poderia demorar até um ano para publicar o documento referente ao ano anterior.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que apenas 47% das universidades federais publicam RA, após a publicação de seu primeiro PA, sendo que esse número caiu para 29%, ao ser considerado apenas as universidades que publicaram os RAs entre os anos 2017 a 2019.

Em relação aos dados das regiões, chama atenção o fato de que todas as cinco universidades federais, localizadas na região sudeste, publiquem com regularidade seus RAs, enquanto a região centro-oeste, que tem todas suas universidades com PLS, apenas uma tenha apresentado seus RAs, no mesmo período, sendo que quatro delas possuem PAs, planos de ação desde 2013 ou 2014.

Esses dados chamam atenção, pois de acordo com o art. 14 da IN n. 10/2012, no final de cada ano deverá ser elaborado o RA do respectivo PA formulado a partir do seu PLS, de forma a evidenciar o desempenho de cada instituição. Lembra-se, ainda, que, -o mesmo deve conter a consolidação dos resultados alcançados e a identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente. Portanto, ao considerar apenas os RAs relatórios de acompanhamento publicados, em 2018 ou 2019, esse número cairia para 4 universidades (UFCA/2018-2019; UFF/2018; UFSM/2018; UFTM/2018).

Ainda a considerar o art. 13 da IN n. 10/2012, que determina que “os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

semestralmente na página eletrônica oficial dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores”, o número é ainda menor, entre as universidades que demonstrou RAs semestrais publicados cita-se a UNIFESP e a UNIRIO.

Tabela 2 – Universidades federais que publicaram relatório de acompanhamento e cujo documento é recente.

Região	Nº de UF que divulgaram seu Plano de Ação	Divulgaram Relatório de acompanhamento	% de publicação de Relatório de acompanhamento	Divulgaram Relatório de 2017 a 2019	% de publicação de Relatório de acompanhamento recente
Centro-Oeste	5	4	80%	1	20%
Nordeste	11	5	45%	3	27%
Norte	6	1	16%	1	16%
Sudeste	9	5	55%	5	55%
Sul	8	3	37%	1	12%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>47%</b>	<b>11</b>	<b>29%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores

Na Tabela 3 observa-se a abrangência dos PAs analisados, isso é a porcentagem de subcategorias com ações correspondentes em cada uma das sete categorias analisadas, sendo que na última coluna apresenta-se a média de porcentagem de abrangência dos PAs, por universidade federal, e na última linha a média por categoria e a média geral de abrangência.

A universidade que obteve a maior abrangência foi a UFSC, com 92%, seguida pela UNIRIO, com 87%. Observa-se, que ambos PAs foram publicados recentemente. Já os PAs que tiveram menor abrangência são documentos referentes aos anos de 2013-2014 da UFMT e UFVJM, que tiveram respectivamente 37% e 38%. Ou seja, são índices abaixo da média de abrangência dos PAs, que ficou em 62%.

Já em relação as categorias a que teve uma porcentagem de abrangência superior foi Energia Elétrica com 97%, seguida pela Coleta Seletiva e Materiais de Consumo, ambas com 71%. Esses resultados devem ser decorrentes da grande pressão social que as universidades sofrem, somados aos instrumentos públicos de fomento e orientação para que as organizações públicas coloquem em prática mecanismos de economia de energia elétrica, redução do consumo de bens como papel e copos, além do tratamento correto dos resíduos sólidos.

Infere-se que a abrangência das ações propostas nas categorias Compras Sustentáveis e Contratações Públicas foram baixas, porque ainda há muito desconhecimento sobre as formas de inserir critérios de sustentabilidade nessas ações. Já em relação à baixa abrangência da categoria Qualidade de Vida no Trabalho, acredita-se que muitas universidades não dedicam muitos esforços nessa categoria do seu PLS, por considerar um tópico com fraca relação com a sustentabilidade, se comparadas as demais



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
 04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

categorias.

Tabela 3 – Porcentagem de abrangência dos Plano de Ação.

UF	Ano do Plano de Ação Analisado	Materiais de Consumo	Compras Sustentáveis	Contratações Públicas	Água e Esgoto	Qualidade de Vida no trabalho	Energia Elétrica	Coleta Seletiva	Média UF	
CO	UFG	2014-2015	83%	67%	0%	37%	60%	100%	42%	56%
	UFGD	2017-2019	50%	33%	40%	75%	40%	100%	85%	60%
	UFMS	2017	50%	33%	40%	37%	40%	100%	71%	53%
	UFMT	2013-2014	0%	33%	40%	25%	60%	33%	71%	37%
	UNB	2018-2021	100%	33%	60%	100%	20%	100%	85%	71%
NE	UFBA	2016	0%	33%	20%	62%	60%	67%	71%	45%
	UFC	2013-2017	100%	67%	60%	50%	20%	100%	85%	69%
	UFCA	2018-2019	100%	33%	60%	37%	20%	100%	71%	60%
	UFERSA	2014-2017	100%	67%	100%	50%	60%	100%	42%	74%
	UFMA	2014-2015	83%	33%	20%	50%	40%	100%	28%	51%
	UFPB	2013-2015	67%	0%	20%	25%	60%	100%	71%	49%
	UFRB	2013-2015	67%	67%	40%	37%	60%	100%	85%	65%
	UFRN	2017	100	67%	60%	87%	100%	100%	71%	84%
	UFRPE	2017-2018	67%	33%	60%	62%	40%	100%	85%	64%
	UFS	2013-2016	33%	33%	0%	87%	60%	100%	100%	59%
	UNIVASF	2019-2021	83%	33%	40%	62%	40%	100%	71%	61%
N	UFOPA	2014-2017	83%	33%	60%	50%	20%	100%	85%	62%
	UFPA	2018	83%	67%	80%	50%	100%	100%	42%	75%
	UFRA	2016-2018	100%	100%	100%	62%	40%	100%	71%	82%
	UFRR	2017-2020	50%	33%	0%	50%	40%	100%	42%	45%
	UFT	2018	67%	33%	20%	25%	40%	100%	57%	49%
SE	UFABC	2016-2022	80%	67%	80%	62%	40%	100%	85%	73%
	UFF	2018	100%	67%	60%	62%	60%	100%	100%	78%
	UFSJ	2013-2017	50%	33%	40%	62%	20%	100%	57%	52%
	UFTM	2019	33%	33%	80%	50%	60%	100%	85%	63%
	UFVJM	2013-2014	33%	0%	0%	50%	40%	100%	42%	38%
	UNIFAL	2013-2018	50%	33%	40%	50%	20%	100%	71%	52%
	UNIFEI	2016-2017	83%	0%	0%	50%	60%	100%	42%	48%
	UNIFESP	2019	100%	33%	60%	87%	60%	100%	71%	73%
	UNIRIO	2017	100%	100%	100%	50%	60%	100%	100%	87%
S	UFCSPA	2014-2015	67%	33%	20%	37%	80%	100%	57%	56%
	UFFS	2016	67%	67%	100%	87%	40%	100%	42%	72%
	UFPR	2017	67%	33%	80%	37%	40%	100%	100%	65%
	UFRGS	2016	83%	33%	40%	50%	60%	100%	85%	64%
	UFSC	2017-2022	100%	100%	80%	62%	100%	100%	100%	92%
	UFSM	2016-2018	100%	67%	60%	62%	40%	100%	85%	73%
	UNIPAMPA	2016	67%	33%	60%	50%	40%	100%	85%	62%
	UTFPR	2017	33%	67%	80%	12%	20%	67%	71%	50%
	<b>Média de cada sub-categoria / geral</b>			71%	46%	50%	54%	49%	97%	71%

Fonte: Elaborado pelos autores



OBSERVADR





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a situação das universidades federais brasileiras, quando ao cumprimento do Plano de Gestão de Logística Sustentável. Os dados coletados revelaram que a maioria das universidades federais brasileiras não atende a todos os artigos da IN n. 10/2012. A responsabilidade por esta situação pode ser compartilhada entre as universidades federais e o Governo Federal, este último pela inexistência de mecanismos de controle, fiscalização ou mesmo sanção administrativa ou pecuniária, prevista em Lei, e as universidades federais por não aproveitarem essa ferramenta de planejamento que permite o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos na Administração Pública, além de beneficiar sua própria imagem na sociedade.

Os dados da pesquisa também demonstraram que existe diferença na porcentagem de elaboração dos Planos de Ações e na publicação dos seus respectivos Relatórios de Acompanhamento, entre as regiões brasileiras. O que leva a sugestão de desenvolvimento de uma pesquisa posterior, com o objetivo de compreender os fatores regionais que influenciam o comportamento das universidades federais, em relação ao cumprimento da IN n° 10/2012.

Outro dado relevante observado foi a ausência de regularidade na divulgação tanto dos Planos de Ação, como dos Relatórios de Acompanhamento. Algumas universidades deixaram de atender a IN n° 10/2012, nos últimos anos, o que demonstra descontinuidade das atividades da Comissão Gestora do PLS, na instituição de ensino. Em relação à abrangência do conteúdo dos Planos de Ação analisados, na presente pesquisa identificou-se que os temas mais frequentes são energia elétrica, coleta seletiva e materiais de consumo. Tanto para compreender a razão da descontinuidade do trabalho da Comissão Gestora do PLS, como para entender melhor o ensejo pelos temas mais frequentes identificados, poderia ser desenvolvida pesquisas futuras com os participantes destas Comissões.

Ressalta-se que uma das maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento desta pesquisa foi a localização dos documentos do PLS nas páginas eletrônicas oficiais das universidades federais consultadas, pois de forma geral não há um destaque para o PLS nas páginas eletrônicas oficiais das universidades federais consultadas e os documentos ficam em páginas secundárias, e ainda, de forma desorganizada. Verificou-se, também a ausência de padronização no formato dos documentos encontrados, dificultando a análise dos mesmos. Acredita-se que seria positivo que as organizações tivessem um modelo único para desenvolver seus documentos, além de uma plataforma eletrônica, para divulgar tanto os Relatórios de Acompanhamento, como os seus Planos de Ações. Estas iniciativas facilitariam a troca de informação entre as organizações públicas, fomentando o *benchmarking* entre elas.

Destarte, de um modo geral, pode-se considerar que, embora algumas universidades



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

federais estejam cumprindo a IN n° 10/2012, ainda há um caminho razoável a ser percorrido para consolidação da gestão sustentável, em parte delas. Acredita-se que além de desenvolver mecanismos de controle, fiscalização e sanção, a Administração Pública também poderia fomentar, a implementação do PLS, por meio de incentivos, oferecendo reconhecimento público, como por exemplo, um tipo de certificação para aquelas organizações que obtivessem êxito na implementação do PLS.

Além das pesquisas futuras sugeridas anteriormente, recomenda-se que sejam realizados estudos sobre gestão para com as dimensões da sustentabilidade em outros tipos de instituições de ensino superior, que permitam comparar a efetividade do PLS em relação à outras ferramentas de Sistema de Gestão que possuem objetivos similares.

## AGRADECIMENTOS

O alcance dos objetivos declarados nesta pesquisa foi possível graças ao suporte financeiro da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS), combinado com o apoio estrutural e científico da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

## REFERÊNCIAS

ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, p. 1777–1785. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo - SP: Edições 70, 2016.

BRANDLI, L.L.; LEAL FILHO, W.; FRANDOLOSO, M.A.L.; KORF, E.P.; DARIS, D. The environmental sustainability of Brazilian Universities: barriers and pre-conditions. In: LEAL FILHO, W.; AZEITERIO, U.; CAEIRO, S.; ALVES, F. (Eds). **Integrating Sustainability. Thinking in Science and Engineering Curricula**. Springer, Switzerland, p. 63-74. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3 P)**. 5.ed. Brasília, DF. 2009. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa n° 10**, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto n° 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília -DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2012.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

CAEIRO, S.; SANDOVAL HAMÓN, L. A.; MARTINS, R.; BAYAS ALDAZ, C. E. Sustainability Assessment and Benchmarking in Higher Education Institutions - A Critical Reflection. *Sustainability*, 12(2), 543. 2020.

CAMPOS, K. **Plano de Gestão de Logística Sustentável com foco na água e esgoto:** uma proposta para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2018. 103 páginas. Trabalho de Conclusão Final. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – Profiap. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MS).

CLARKE, A.; KOURI, R. Choosing an appropriate university or college environmental management system. *Journal of Cleaner Production*, 17(11), p. 971-984. 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – Relatório Brundtland - CMMAD. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:** o nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DEUS, R.M.; BATTISTELLE, R.A.G.; SILVA, G.H.R. Sustainability insights from the mission statements of leading Brazilian Universities. *International Journal of Educational Management*, 30(3), p. 403-415. 2016. [DOI: https://doi.org/10.1108/IJEM-05-2014-0065](https://doi.org/10.1108/IJEM-05-2014-0065).

ELKINGTON, J. **Triple Bottom Line Revolution:** reporting for the third millennium. Austrália, CPA, 1999.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). 2020. **World Economic Outlook Database.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo>. Acesso em: maio. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking de universidades.** 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: jan. 2020.

FRANCO, I. T.; MOURA-LEITE, R.C.; PEREIRA, M.W.G.; LOPES, J.C.J. Personal values and approach of undergraduates towards corporate social responsibility. *Social Responsibility Journal*, 13(3), p. 457-472. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/SRJ-09-2016-0165>.

FRANCO, S. C.; MOURA-LEITE, R. C.; CAMERON, M. M.; JESUS LOPES, J. C.; ALMEIDA, V. L. Plano de gestão de logística sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, v. 10, n. 4, p. 204-226. 2017.

HENCHEN, A. V.; MOURA-LEITE, R.; LOPES, J. C. Sustainability and management of higher education institutions: scientific production analysis. *Rev. Gestão Ambiental*



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

e **Sustentabilidade (GeAs)**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 38-60, jan/abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2019.

KIHARA, B. M. T.; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. J. Compras e Contratações Sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras. **Revista FSA** (Centro Universitário Santo Agostinho), v. 15, n. 10, p. 27-53. 2018.

KOUATLI, I. The contemporary definition of university social responsibility with quantifiable sustainability. **Social Responsibility Journal**, v. 15, n. 7, p. 888-909. 2019.

KRUGER, S. D.; PFITSCHER, E. D.; FREITAS, C. L. de; PETRI, S. M. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior-Uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, 4(3), p. 44-62. 2011.

LOZANO, R. A tool for a graphical assessment of sustainability in universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 963-972. 2006. DOI : <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.11.041>

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 10-19. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.10.006>.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L. de; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, p. 54-62. 2013.

MIRANDA-JUNIOR, J. S.; LICÓRIO, A. M. O. Agenda ambiental en la administración pública (A3P): análisis de la aplicabilidad en un instituto federal. **Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo**, abril 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/04/administracion-publica.html>. Acesso em: jan. 2020.

MOURA-LEITE, R. C.; PADGETT, R. C. La evolución de la responsabilidad social de la empresa: Un abordaje histórico. **Espacios**. v. 35, n.5, p. 9-19. 2014.

NOGUEIRA, M. V.; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. J. A qualidade de vida no trabalho, sob o enfoque do Plano de Gestão de Logística Sustentável: uma proposta para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista FACEF, Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão** v. 21, n. 2, p.165-177. 2019a.



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

NOGUEIRA, M. V.; MOURA-LEITE, R. C.; LOPES, J. C. J. A qualidade de vida no trabalho sob o enfoque do plano de gestão de logística sustentável: uma análise das universidades federais brasileiras. **Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**, v. 8, n. 1, p. 51-70, jan-abr. 2019b.

NTIM, C.G.; SOOBAROYEN, T.; BROAD, M.J. Governance structures, voluntary disclosures and public accountability: the case of UK higher education institutions. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, 30(1), p. 65–118. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2014-1842>.

RIBEIRO, M. M. C.; MOURA-LEITE, R.; FRANCO, S. C.; MAX, C. Z. Práticas de Divulgação, Conscientização e Capacitação para a Sustentabilidade uma Proposta para as Universidades Federais Brasileiras. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 1, p.146-168. 2018.

RISSATO, P. H. S.; DE JESUS LOPES, J. C.; MOURA-LEITE, R. C.; FIGUEIREDO, J. C.; BINOTTO, E.; FONSECA DA SILVA, F. A Análise das práticas de coleta seletiva, no âmbito das Universidades Federais Brasileiras. **Ciência e Natura**. v. 40, e. 68, p. 1-17. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para O Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEPASI, S.; BRAENDLE, U; RAHDARI, A. Comprehensive sustainability reporting in higher education institutions. **Social Responsibility Journal**, vol. 15, n. 2, p. 155-170. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/SRJ-01-2018-0009>.

SILVA, E. J.; JESUS LOPES, J. C. de; MOURA-LEITE, R. C.; FIGUEIREDO, J. C.; BINOTTO, E.; SILVA, F. F. da. O uso de energia elétrica nas Universidades Federais brasileiras, sob o enfoque do Plano de Gestão de Logística Sustentável. **Ciência e Natura**. v. 41, e. 8, p. 1-17. 2019.

VIERA, K. R. O.; BATTISTELLE, R. A. G.; BEZERRA, B. S.; CASTRO, R.; JABBOUR, C. J. C; DEUS, R. M. An exploratory study of environmental practices in two Brazilian higher education institutions. **Journal of Cleaner Production** n. 187, p. 940-949. 2018.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, p. 503-515. 2006.



OBSERVADR

